

**BANCO TRICURY S.A.
CNPJ 057.839.805/0001-40**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente em 30 de junho de 2022 e 2021.**

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as demonstrações contábeis do Banco Tricury S.A. (Banco) relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional. As demonstrações contábeis se referem à instituição individual.

Neste 1º. semestre de 2022, as operações do Banco se concentraram na captação de recursos através da emissão de Certificados de Depósitos Bancários e Letras de Crédito Imobiliário e nos Empréstimos para empresas de pequeno e médio porte, com a garantia da alienação fiduciária de imóveis.

A carteira de crédito encerrou o 1º. semestre de 2022 em R\$ 327.675 mil, os recursos captados em R\$ 422.655 mil, o patrimônio líquido em R\$ 255.575 mil e o lucro líquido em R\$ 13.735 mil.

O Banco manteve a sua linha de atuação com foco na alta liquidez, com índice de Basileia de 51,22% e índice de liquidez corrente de 2,90.

A política de gestão corporativa está alinhada com as melhores práticas de mercado, sempre na busca do aprimoramento do modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e princípios da ética, da transparência, do respeito e da responsabilidade na condução dos negócios.

No 1º. semestre de 2022 não tivemos nenhuma reorganização societária ou administrativa no Banco e mantivemos praticamente o mesmo número de colaboradores do ano anterior.

Agradecemos aos nossos clientes pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na condução dos negócios.

São Paulo, 12 de agosto de 2022.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Tricury S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco Tricury S.A.** (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Tricury S.A.** em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, o Banco possui operações com partes relacionadas de operações de crédito no montante de R\$ 8.384 mil, obtendo receita com essa operação no montante de R\$ 808 mil, depósito a prazo no montante de R\$ 91.205 mil, e incorreu em despesas com captação com partes relacionadas no montante de R\$ 5.739 mil. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de agosto de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomélio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**
(Em milhares de reais)
A T I V O

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVO CIRCULANTE	543.352	530.047
Disponibilidades	81	191
Instrumentos Financeiros	492.320	470.121
. Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 3)	295.216	299.102
. Operações de crédito (nota 4)	197.104	171.019
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.651)	(2.103)
. (-) Operações de crédito (nota 5)	(4.651)	(2.103)
Ativos fiscais correntes (nota 6)	1.773	3.701
Outros valores e bens (nota 8)	35.025	41.524
Outros Ativos (nota 9)	18.804	16.613
ATIVO NÃO CIRCULANTE	152.861	169.284
Realizável a longo prazo	152.696	169.070
Instrumentos Financeiros	130.571	139.853
. Operações de crédito (nota 4)	130.571	139.853
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.736)	(1.703)
. (-) Operações de crédito (nota 5)	(2.736)	(1.703)
Ativos fiscais diferidos (nota 7)	3.581	1.902
Outros Ativos (nota 9)	21.280	29.018
Imobilizado de Uso	987	987
Intangível	98	98
(-) Depreciações e Amortizações	(920)	(871)
TOTAL DO ATIVO	696.213	699.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**
(Em milhares de reais)

P A S S I V O

	30/06/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE	187.271	195.413
Depósitos e demais instrumentos financeiros	175.106	180.849
. Depósitos (nota 10)	26.996	36.218
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 11)	142.292	141.609
. Obrigações por repasses (nota 12)	5.818	3.022
Provisões (nota 13)	2.832	2.584
Obrigações fiscais correntes (nota 14)	8.360	11.689
Outros Passivos (nota 15)	973	291
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	253.367	253.584
Depósitos e demais instrumentos financeiros	253.367	253.584
. Depósitos (nota 10)	174.064	179.806
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 11)	79.303	73.778
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-	14
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 21)	255.575	250.320
. Capital social	215.000	215.000
. Reservas de lucros	36.007	35.320
. Lucros acumulados	4.568	-
TOTAL DO PASSIVO	696.213	699.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2022	2021
Receitas da intermediação financeira	49.936	27.515
. Operações de crédito	33.601	24.549
. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.335	2.966
Despesas da intermediação financeira	(27.770)	(6.622)
. Operações de captação no mercado	(24.087)	(4.738)
. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 5)	(3.683)	(1.884)
Resultado bruto da intermediação financeira	22.166	20.893
Outras receitas/despesas operacionais	(9.070)	(12.241)
. Receitas de prestação de serviços	8	110
. Rendas de tarifas bancárias	21	38
. Despesas de pessoal (nota 16)	(6.127)	(5.880)
. Outras despesas administrativas (nota 17)	(2.743)	(3.178)
. Despesas tributárias	(1.502)	(1.326)
. Outras receitas operacionais	1.468	140
. Outras despesas operacionais	(195)	(2.145)
Resultado operacional	13.096	8.652
Resultado não operacional (nota 19)	5.302	6.430
Resultado antes da tributação sobre o lucro	18.398	15.082
Imposto de renda e contribuição social (nota 18)	(4.663)	(4.425)
Lucro líquido do semestre	13.735	10.657
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	35,53	27,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**BANCO
TRICURY**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do semestre	13.735	10.657
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u>13.735</u>	<u>10.657</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital	Reservas de lucros		Lucros	Total
	realizado	Legal	Estatutárias	acumulados	
1o. Semestre de 2022					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	215.000	1.136	34.184	-	250.320
Lucro líquido do semestre	-	-	-	13.735	13.735
Destinações:					
Reserva legal	-	687	-	(687)	-
Dividendos (R\$ 1,24 por lote de mil ações)	-	-	-	(480)	(480)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Saldos em 30 de junho de 2022	215.000	1.823	34.184	4.568	255.575
Mutações do 1o. semestre de 2022	-	687	-	4.568	5.255
1o. Semestre de 2021					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	189.000	3.505	47.357	-	239.862
Aumento de capital:					
Com reservas de lucros	26.000	(3.505)	(22.495)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	10.657	10.657
Destinações:					
Reserva legal	-	533	-	(533)	-
Dividendos (R\$ 1,24 por lote de mil ações)	-	-	-	(480)	(480)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.300)	(5.300)
Saldos em 30 de junho de 2021	215.000	533	24.862	4.344	244.739
Mutações do 1o. semestre de 2021	26.000	(2.972)	(22.495)	4.344	4.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do semestre	13.735	10.657
Depreciações e amortizações	49	49
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.683	837
Lucro líquido ajustado do semestre	17.467	11.543
(Aumento) em operações de crédito	(16.905)	(24.853)
Redução em ativos fiscais correntes	1.928	2.054
(Aumento) em ativos fiscais diferidos	(1.679)	(373)
Redução em outros valores e bens	6.499	9.754
(Aumento)/redução em outros ativos	5.547	(4.097)
(Redução) em depósitos	(14.964)	(33.328)
Aumento em recursos de letras de crédito imobiliário	6.208	3.942
Aumento em obrigações por repasses	2.795	-
Aumento em provisões	248	294
Redução em obrigações fiscais correntes	(3.329)	(8.026)
Aumento/(redução) em outros passivos	682	(6.502)
(Redução) em resultados de exercícios futuros	(13)	(85)
Caixa líquido proveniente das / (aplicado nas) atividades operacionais	(12.983)	(61.220)
Dividendos pagos	(480)	(480)
Juros sobre o capital próprio	(8.000)	(5.300)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(8.480)	(5.780)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(3.996)	(55.457)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	299.293	273.249
No fim do semestre	295.297	217.792
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(3.996)	(55.457)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Tricury S.A. (“Banco” ou “Instituição”) transformado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, situado à Avenida Paulista, 37 – 17º. Andar – cj 171, CEP 01311-000, São Paulo/SP, atua operando as carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis se referem à instituição individual, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através das Resoluções CMN nº 4.720/19 e nº 4.818/20, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e através da Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação. Também de acordo com a referida Resolução, o Banco está apresentando como demonstração contábil obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas pela Administração em 12 de agosto de 2022.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a. Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- b. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de “ajustes de avaliação patrimonial”; e
- c. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Operações de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados “pro rata dia” e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Depósitos, captações no mercado e recursos de letras de crédito imobiliário

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata dia”.

2.2.3. Ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “Ativos fiscais diferidos” com reflexo no resultado do período.

2.2.4. Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

2.2.5. Redução do valor recuperável de ativos

A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.6. Provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25.

a. Contingências ativas: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem contingências ativas para 30 de junho de 2022;

b. Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgadas em notas explicativas, enquanto

aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

c. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.7. Provisão para garantias financeiras prestadas

A constituição de provisão para garantias financeiras prestadas é baseada na avaliação quanto à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, com base em informações e critérios consistentes, sendo suficiente para cobertura das perdas prováveis, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016.

2.2.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

2.2.9. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020 e a Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, convertida na Lei 14.183 de 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da Contribuição Social de 20% para 25% com vigência de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 e alíquota de 20% a partir de 1º de janeiro de 2022. A Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022 elevou a alíquota da Contribuição Social de 20% para 21% no período compreendido entre 1º de agosto de 2021 e 31 de dezembro de 2022. Abaixo quadro resumo da alíquota da Contribuição Social e vigência:

Alíquota da Contribuição Social	Vigência
20%	1/03/2020 a 30/06/2021
25%	1/07/2021 a 31/12/2021
20%	1/01/2022 a 31/07/2022
21%	1/08/2022 a 31/12/2022
20%	A partir de 1/01/2023

2.2.10. Resultado por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

2.2.11. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

2.2.12. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são a seguir demonstrados:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/06/2021</u>
Disponibilidades	81	191	109
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	295.216	299.102	217.683
Caixa e equivalentes de caixa	<u>295.297</u>	<u>299.293</u>	<u>217.792</u>

(a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez correspondem a aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses, e estão compostos como segue:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
- Letras Financeiras do Tesouro	112.218	15.083
- Letras do Tesouro Nacional	170.750	271.861
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
- Não ligadas	12.248	12.158
Total	<u>295.216</u>	<u>299.102</u>

4. Operações de crédito

A composição da carteira de crédito é demonstrada como segue:

a) Por tipo de operações	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante		
Empréstimos e títulos descontados	197.104	171.019
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(4.651)</u>	<u>(2.103)</u>
	192.453	168.916
Ativo não circulante		
Empréstimos e títulos descontados	130.571	139.853
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(2.736)</u>	<u>(1.703)</u>
	127.835	138.150
Total	<u>320.288</u>	<u>307.066</u>

b) Por atividade econômica	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Setor privado		
Indústria	54.466	43.242
Comércio	15.832	11.622
Serviços	232.772	230.110
Pessoas físicas	<u>24.605</u>	<u>25.898</u>
Total	<u>327.675</u>	<u>310.872</u>

c) Por faixa de vencimento	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer		
De 1 a 180 dias	95.740	98.647
De 181 a 365 dias	96.493	70.280
Acima de 365 dias	<u>130.571</u>	<u>139.853</u>
	322.804	308.780
Vencidas		
De 1 a 30 dias	440	1.644
De 31 a 90 dias	1.316	56
De 91 a 180 dias	2.823	249
De 181 a 365 dias	<u>292</u>	<u>143</u>
	4.871	2.092
Total	<u>327.675</u>	<u>310.872</u>

5. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Operações de crédito

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do semestre/exercício	3.806	4.079
Provisão constituída	3.683	774
Valores baixados para prejuízo	(102)	(1.047)
Saldo no fim do semestre/exercício	<u>7.387</u>	<u>3.806</u>

Durante o semestre as recuperações por recebimento das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como “Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito” no valor de R\$ 32 (R\$ 561 em 2021).

A posição da carteira de operações de crédito por níveis de risco e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito correspondente, é a seguir demonstrada:

Nível de risco	Percentual de provisão	Posição da carteira		Provisão constituída	
		<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
AA	0,00	-	76	-	-
A	0,50	122.298	118.176	612	591
B	1,00	162.244	156.135	1.623	1.561
C	3,00	31.643	33.535	949	1.006
D	10,00	4.542	2.558	454	256
E	30,00	3.005	-	901	-
F	50,00	-	-	-	-
G	70,00	3.650	-	2.555	-
H	100,00	293	392	293	392
Total		<u>327.675</u>	<u>310.872</u>	<u>7.387</u>	<u>3.806</u>

6. Ativos fiscais correntes

Referem-se a imposto de renda e contribuição social recolhidos por estimativa mensal a compensar.

7. Ativos fiscais diferidos

Referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e serão realizados à medida que se tornarem dedutíveis. A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos é estimada em 94% até o 2º ano e 6% nos próximos anos. O valor presente, calculado com base na taxa de captação (CDI), equivale a R\$ 2.863. A natureza e base são a seguir demonstradas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.387	3.806
Créditos baixados para prejuízo	102	-
Provisão de processo cível	2	2
Provisão s/garantias prestadas	13	10
Provisão outras contingências fiscais/trabalhistas	454	408
Total das diferenças temporárias	7.958	4.226
Imposto de renda - alíquota de 25%	1.990	1.057
Contribuição social - alíquota de 20%	1.592	845
Total dos ativos fiscais diferidos	3.582	1.902

8. Outros valores e bens

Refere-se a imóveis no montante de R\$ 32.747 (R\$ 39.246 em 31/12/2021) e outros bens no montante de R\$ 2.278 (R\$ 2.278 em 31/12/2021), não de uso próprio, recebidos em dação de pagamento.

9. Outros Ativos

	30/06/2022	31/12/2021
Relações interfinanceiras	48	-
Rendas a receber (a)	689	934
Adiantamentos salariais	246	11
Devedores por depósitos em garantia (b)	1.574	1.473
Créditos a receber (c)	37.527	43.213
Total	40.084	45.631
Ativo circulante	18.804	16.613
Ativo não circulante	21.280	29.018

- (a) Referem-se basicamente a comissão de fiança prestada a receber.
 (b) Corresponde substancialmente a depósitos judiciais para garantia de processos fiscais.
 (c) Os créditos a receber correspondem substancialmente à valores a receber relativo a venda de bens não de uso próprio, anteriormente registrados em "Outros valores e bens".

10. Depósitos

A composição da carteira de depósitos está classificada como segue:

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Pessoa jurídica	2.782	6.118	132.364	137.933
Pessoa física	240	92	65.010	64.052
Instituições de mercado	-	-	664	7.829
Total	3.022	6.210	198.038	209.814
Passivo circulante	3.022	6.210	23.974	30.008
Passivo não circulante	-	-	174.064	179.806

11. Recursos de letras de crédito imobiliário

Os recursos de letras de crédito imobiliário são a seguir demonstrados:

	30/06/2022	31/12/2021
Pessoa física	138.855	102.664
Instituições de mercado	82.740	112.723
Total	221.595	215.387
Passivo circulante	142.292	141.609
Passivo não circulante	79.303	73.778

12. Obrigações por repasses

As obrigações por repasses do país no montante de R\$ 5.818 (R\$ 3.022 em 31/12/2021) referem-se a recursos a repassar do Programa Minha Casa Minha Vida.

13. Provisões

O saldo de "Provisões" no montante de R\$ 2.832 (R\$ 2.584 em 31/12/2021) refere-se a provisão para pagamentos com despesas de pessoal e outras despesas administrativas no montante de R\$ 1.002 (R\$ 804 em 31/12/2021), provisões para contingências R\$ 1.816 (R\$ 1.770 em 31/12/2021) e garantias prestadas no montante de R\$ 14 (R\$ 10 em 31/12/2021).

Provisão para demandas judiciais

O Banco, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza fiscal, legal e cível. As provisões decorrentes destes processos são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessário o desembolso, a provisão deverá ser revertida.

A classificação das demandas judiciais, efetuada pelos nossos assessores jurídicos, é a seguir demonstrada:

Matéria	Perda provável				Perda possível			
	valor		qtde		valor		qtde	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Processos cíveis	2	2	1	1	18.252	18.096	56	56
Processos trabalhistas	16	14	1	1	227	-	1	-
Processos fiscais	88	78	1	1	2.214	1.676	3	2
Total	106	94	3	3	20.693	19.772	60	58

A composição e movimentação das provisões para contingências é a seguir demonstrada:

Matéria	30/06/2021	Adição	Baixa	31/12/2021	Adição	Baixa	30/06/2022
Cível	2	-	-	2	-	-	2
Trabalhista	12	2	-	14	2	-	16
Tributária	1728	26	-	1.754	44	-	1.798
Total	1.742	28	-	1.770	46	-	1.816

14. Obrigações fiscais correntes

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para IRPJ e CSLL	6.342	9.992
Outros impostos e contribuições a recolher	2.018	1.697
Total	8.360	11.689

15. Outros passivos

O saldo de "Outros passivos" no montante de R\$ 973 (R\$ 291 em 31/12/2021) refere-se basicamente a relações interdependências no montante de R\$ 803 (relações interdependências, valores a pagar a ligadas e credores diversos no valor de R\$ 291 em 31/12/2021).

16. Despesas de pessoal

	30/06/2022	30/06/2021
Proventos	3.624	3.471
Encargos sociais	1.126	1.087
Benefícios	789	755
Outros	588	567
Total	6.127	5.880

17. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Aluguéis e condomínio	865	726
Manutenção e conservação de bens	-	471
Processamento de dados	448	405
Serviços do sistema financeiro	253	276
Serviços técnicos especializados	739	732
Outras	438	568
Total	<u>2.743</u>	<u>3.178</u>

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Apuração de Imposto de Renda /Contribuição Social no semestre		
Resultado do semestre antes da tributação sobre o lucro	18.397	15.082
Adições	3.732	2.035
Exclusões	(8.000)	(6.430)
Valor do lucro real	14.129	10.687
Imposto de Renda a alíquota de 15%	(2.115)	(1.603)
Adicional de Imposto de Renda a alíquota de 10%	(1.401)	(1.057)
Contribuição Social - alíquota vide nota 2.2.9	(2.826)	(2.137)
Ativo fiscal diferido	1.679	372
Total de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(4.663)</u>	<u>(4.425)</u>

19. Resultado não operacional

Refere-se majoritariamente ao resultado obtido na alienação dos bens não de uso no montante de R\$ 4.830 e de taxa de ocupação de imóvel no montante de R\$ 371, registrados em Outros Valores e Bens.

20. Transação com partes relacionadas

O Banco e suas empresas coligadas mantêm transações entre si. As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos. Os saldos destas transações são a seguir demonstrados:

	Passivo				Despesa de captação	
	Relações interdependências		Depósitos a prazo		Semestres findos em	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
OMEGA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIP.LTDA	367	17	8.081	757	278	39
JSGJ PARTICIPAÇÕES LTDA	158	4	258	332	10	42
TRICURY ARMAZÉNS LTDA	129	6	6.572	4.449	223	421
MIURA EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	12	49	38	2	2
JJ ANDRE DE ALMEIDA EMPREEND.IMOB.LTD.	1	-	79	187	9	4
SB LOG SPE LTDA	147	107	-	-	-	-
AÇOCÊ EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	1	7	-	-	-	-
TRISUL PARTICIPAÇÕES SA	-	-	76.166	98.122	5.217	3.745
Total	803	153	91.205	103.885	5.739	4.253

	Operações de crédito		Receita de operações de crédito	
	Empréstimos		Semestres findos em	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
TRISUL SA	4.192	6.695	404	411
TRICURY CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	4.192	6.695	404	411
Total	8.384	13.390	808	822

Remuneração dos administradores

Os administradores do Banco são remunerados por meio de salários e registrados sob o regime CLT e estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do semestre.

O salário atribuído no período ao pessoal chave da Administração corresponde a R\$ 413 (R\$ 380 em 2021).

O Banco não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria e Administração.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 386.552.410 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (386.552.410 em 2021).

b) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando a disposição da Assembleia Geral.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 50% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. A

distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco realizou distribuição de dividendos que totalizaram R\$ 480 (R\$ 480 em 2021) e creditou a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 8.000 (R\$ 5.300 em 2021).

22. Resultado não recorrente

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O Banco não possui resultado não recorrente no período.

23. Outras informações

a) Acordo de Basileia – limite operacional

O Banco encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido requeridos pela Resolução CMN nº 2.099/94 que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II), cuja apuração do Patrimônio de referência e do Patrimônio de referência exigido foram alteradas pelas Resoluções CMN nºs 4.192/13 e 4.193/13. O índice de Basileia Ampla do Banco corresponde 51,22% (50,93% em 2021).

b) Gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital

i) Em atendimento à Resolução CMN nº 4557/17 e em conformidade com o seu segmento (S4) o Banco implementou estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e estrutura de gerenciamento contínuo de capital.

Essa estrutura é compatível com a exposição aos riscos assumidos pelo Banco e prevê o gerenciamento integrado e contínuo dos seguintes riscos associados:

Risco de Crédito: Risco associado à possibilidade do tomador não honrar suas obrigações nos termos dos contratos bem como a insuficiência da garantia em liquidar os débitos existentes.

Risco de Mercado: Risco de ocorrência de perdas resultantes da flutuação das taxas de juros acarretando redução dos valores de mercado das posições assumidas.

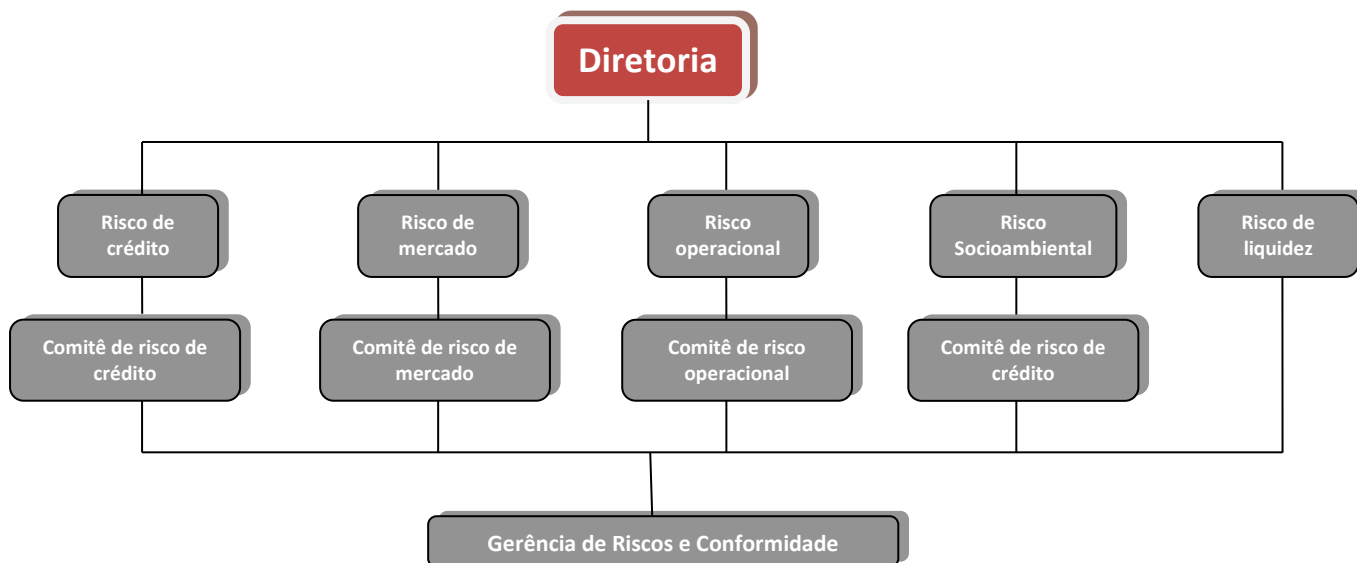
Risco Operacional: Possibilidade de perdas financeiras devido a impactos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, inadequação ou deficiência de contratos, descumprimento de dispositivos legais e indenização por danos a terceiros.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) para cobrir as obrigações (saídas de caixa) da instituição no horizonte temporal analisado.

Pelas características das operações realizadas pela instituição, o risco Sócioambiental é contemplado em nossas políticas, porém não representa risco considerado como relevante.

Todas as políticas de gerenciamento de riscos da Instituição são aprovadas pela Diretoria e encontram-se divulgadas em nosso site corporativo.

Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos



Gerenciamento de capital

A gestão de capital faz parte do sistema de avaliação de riscos da Instituição, efetuado com o intuito de manter o capital em nível suficiente para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

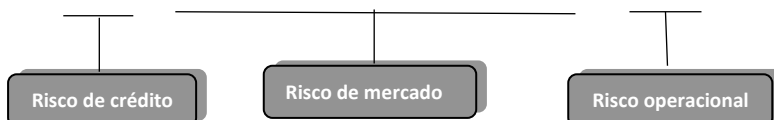
A suficiência de capital deve abranger, além do capital regulatório, previsto no Pilar I de Basileia conhecido como PRE (Patrimônio de Referência Exigido), o Capital Adicional, previsto no Pilar II e que considera diversos outros riscos, tais como:

- a) Risco de liquidez e inadimplência;
- b) Risco de concentração.

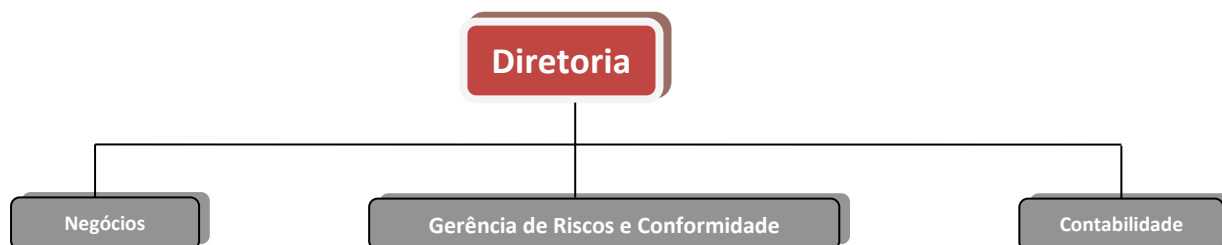
Outra função importante do gerenciamento de capital é assegurar que a instituição mantenha, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos assumidos, representado pelo PRE (Patrimônio de Referência Exigido).

O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

$$PRE = Pepr + Pjur + Pacs + Pcom + Pcam + Popr$$



Estrutura de Gerenciamento Integrado de Capital



ii) Instrumentos financeiros: o Banco mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

O Banco não possui posições ou transações com instrumentos financeiros derivativos a serem informadas.

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração do Banco, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas.

Durante o semestre de 2022 o Capital apurado foi suficiente para a manutenção dos níveis de risco assumidos pela Instituição.

Caso o Capital se aproxime de níveis considerados insuficientes, nosso Plano de Capital prevê providências de contingenciamento.

c) Impactos da pandemia decorrente do COVID 19 (Coronavírus)

O Banco vem tomando todas as medidas e cuidados para minimizar os efeitos decorrentes da pandemia do COVID19.

Não tivemos efeitos relevantes no resultado do período, na carteira de operações de crédito ou em qualquer outro negócio do Banco decorrentes do COVID19.

d) Análise de sensibilidade

O Banco não possui incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

O Banco não efetuou remuneração do capital declarada ou proposta que não configure obrigação presente.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes que requeressem ajustes contábeis ou divulgação.

José Roberto Cury
Diretor

Rogério Dias
Contador
CRC 1SP 180.027/O-0